



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

REQUERIMENTO Nº DE - CMA

Senhores Senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie **a atuação do governo federal nas políticas relacionadas à produção, conservação e distribuição dos recursos hídricos no país, em especial a Política Nacional de Recursos Hídricos**, no exercício de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A água é um bem público de uso comum indispensável a qualquer forma de vida. Com o agravamento da mudança do clima, o processo de desertificação tem se acentuado em diversas regiões do planeta, causando aumento da escassez hídrica a nível global, sobretudo para populações em situação de vulnerabilidade social, os “exilados do clima”.

Há de se destacar, também, que dentre os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, estão os objetivos 6 e 14, que tratam, respectivamente sobre Água Potável e Saneamento (“garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos”) e Vida na Água (“conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”).

Buscando garantir este bem a toda população brasileira, apresentei, na CCJ, parecer favorável à PEC 4/2018 que “inclui, na Constituição Federal, o acesso à água potável entre os direitos e garantias fundamentais”. Ainda que aprovada a

referida PEC, são muitos os desafios que envolvem alcançarmos o amplo acesso à água potável por todos os brasileiros e brasileiras.

Há também um fator importante atrelado aos recursos hídricos no território brasileiro. A produção de água, por assim dizer, está diretamente relacionada à conservação dos ambientes naturais. A exemplo, a estrutura florestal de todo bioma amazônico produz, diariamente, 20 bilhões de litros de água pelo processo de evapotranspiração das árvores. Essa água, conhecida como “rios voadores”, percorre o oeste do país e abastece os principais aquíferos do sul e sudeste. O Cerrado, também chamado “berço das águas”, abriga as nascentes de 8 das principais bacias hidrográficas do país. O sistema de raízes desse bioma, extremamente especializado, absorve as águas das chuvas que caem nos planaltos do coração do país e as distribui para seus arredores.

O modelo de produção, uso e ocupação do solo predominante no país, atrelado ao desmatamento em larga escala, trata de prática obsoleta. Hoje, existem diversas tecnologias de produção, seja para agricultura, pecuária e extrativismo de produtos madeireiros e não madeireiros que garantem o retorno econômico esperado para os sistemas produtivos sem afetar o equilíbrio ambiental e garantindo a justiça social em toda cadeia produtiva. Não é necessário derrubar uma árvore a mais, sequer, para o país atingir o desenvolvimento sustentável.

Cito, ainda, a matriz elétrica brasileira, que possui cerca de 65% de sua origem na produção hidráulica, deixando o Brasil em lugar de destaque por sua fonte renovável de energia elétrica. Apesar do reconhecimento, mesmo em práticas tidas como sustentáveis, é preciso observar os impactos diante da realidade de cada país. O modelo hidrelétrico é considerado, hoje, obsoleto. Este perfil energético, se sustentável por natureza, quando não implementado de maneira planejada resulta em injustiça social. Há décadas, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o MAB, tem se mobilizado para denunciar o impacto em diversas comunidades, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, gerado por barragens e centrais

hidrelétricas Brasil afora. O país tem, nas tecnologias fotovoltaica e eólica, duas alternativas já estabelecidas em território nacional que podem ganhar maior participação na matriz elétrica brasileira.

São imensos os desafios em um país de proporções continentais como o Brasil. Há ainda o novo agravante que dominou todo o planeta: a pandemia de COVID-19. Um dos cuidados básicos para se proteger da pandemia é a higiene. Seja para lavar as mãos, uma das principais práticas para eliminar o vírus, seja para lavar as máscaras de pano (aquelas acessíveis à maioria da população brasileira), a água é um bem essencial. No Brasil, em um cenário onde cerca de 33 milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso ao abastecimento de água potável, segundo dados do Sistema Nacional de Informações Sobre Abastecimento de Água (SNIS), e 13,4 milhões de pessoas estão desempregadas, enfrentar uma pandemia se torna uma missão praticamente impossível.

Com a maior proporção das reservas mundiais de água doce e a maior biodiversidade do planeta, o Brasil tem potencial de sair na frente em um novo projeto de país, diferenciado, que valoriza a biodiversidade atrelada à tecnologia, gerando empregos e conservando os ecossistemas. Devemos unir esforços para alavancar as tecnologias necessárias, trabalhar em prol da verticalização da agricultura e da valorização dos ambientes naturais.

Neste sentido, apresento este requerimento para dar luz à atuação do governo federal nas políticas relacionadas à produção, conservação e distribuição dos recursos hídricos no país, em especial a Política Nacional de Recursos Hídricos, no exercício de 2021.

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Meio Ambiente avalie a atuação do governo federal nas políticas relacionadas à produção, conservação e distribuição dos recursos hídricos no país, em especial a Política Nacional de Recursos Hídricos, no exercício de 2021.

Sala da Comissão, 26 de março de 2021.

Senador Jaques Wagner
(PT - BA)
Presidente da Comissão de Meio Ambiente



SF/21058.16142-90 (LexEdit)